

Conceito

Parque aquícola é um espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura (figura 1). Por sua vez, área aquícola é um espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos.

Apoio do MPA

O MPA apóia a implantação de parques aquícolas em águas de domínio da União com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva, gerar empregos, capacitar os atores envolvidos e aumentar a produção de pescado e de alimento no país.

Processo seletivo

O processo seletivo público, para a cessão das áreas aquícolas delimitadas nos parques, pode ser oneroso ou não oneroso. A seleção de áreas não onerosas tem forte cunho social e são ofertadas gratuitamente, mediante licitação não onerosa observando parâmetros sócio-econômicos.

A seleção de empreendedores para as áreas onerosas é efetuada por meio de licitação onerosa, onde vencedor é aquele disposto a pagar mais pelo uso da área. Além de ser um negócio que pode ser lucrativo, os interessados em cultivar pescados nos parques aquícolas levam uma grande vantagem: as áreas são cedidas já com todos os seus aspectos legais e ambientais de cessão totalmente resolvidos.

Os parques aquícolas são implantados pela Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura (SEPOA) do ministério, com o apoio das superintendências federais nos estados.

Como o governo federal seleciona os locais adequados para implantação de parques aquícolas

A definição dos locais onde serão implantados os parques aquícolas é realizada por meio de estudos conduzidos por equipes multidisciplinares.

Os estudos, iniciados em 2004, consideram aspectos da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

No âmbito sócio-econômico destacam-se nos estudos: equidade na aplicação das políticas; respeito aos aspectos de gênero, geração e etnia; especificidades regionais, viabilidade econômica e a competitividade dos empreendimentos considerando as prioridades das populações de baixa renda ao uso das águas de domínio da União; uso e ocupação do solo; infra-estrutura regional; tráfego aquaviário; direitos minerários e ações de fomentos à aquicultura no entorno dos reservatórios.

No que toca aos aspectos ambientais: qualidade de água, caracterização dos meios físicos e bióticos, influências antrópicas, identificação das unidades de conservação, bacias hidrográficas, vegetação aquática, hidrologia, modelagem hidrodinâmica e ambiental, batimetria, circulação hidrodinâmica, modelo de dispersão de material particulado e pistas de vento e estimativa da capacidade suporte do ambiente aquático.

1 Extraído de <http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/aguas-da-uniao/parques-aquicolas>. Acesso em 21 de março de 2014.

A partir desses estudos, os dados são estruturados por meio do sistema de informações geográficas (SIG) que geram os mapas de favorabilidade, de forma a auxiliar a demarcação dos parques aquícolas.

Delimitação dos parques aquícolas

O Ministério da Pesca e Aquicultura investiu ao todo R\$ 22.607.473,70 em estudos para demarcação dos Parques Aquícolas. Atualmente estão demarcados seis Reservatórios que totalizam 42 Parques Aquícolas, que possuem área total de 28.503,00 hectares e com isso estima-se gerar 66.056 ocupações e produzir 269.569,33 t/ano. Estão em processo de demarcação 25 Reservatórios, que ao final dos estudos estima-se gerar 349.140 ocupações e produzir 563.912,57 t/ano. Essa política contempla 21 estados e 278 municípios.

Ressalta-se que, por precaução, de forma a evitar impactos ambientais e outros nos reservatórios, o Governo Federal destina no máximo 1% da Lâmina d'água dos Reservatórios da União para a implantação de parques aquícolas (INI 08, 2003). Entretanto, em média, apenas 0,167% estão sendo efetivamente utilizados para esse fim.

Aquicultura marinha

A utilização de águas da União para o desenvolvimento da maricultura contribuirá substancialmente para se atingir as metas e os objetivos nacionais de desenvolvimento sócio-econômico, como a produção de alimentos, a redução da pobreza e a geração de renda para as pessoas que vivem na região costeira.

O Ministério da Pesca e Aquicultura viabiliza estudos para o Ordenamento de Parques Aquícolas Marinhos. O objetivo é aprimorar o gerenciamento da maricultura e promover a melhor localização das fazendas marinhas, com a elaboração de uma detalhada caracterização sócio-ambiental do local, incluindo aspectos do meio físico e biológico das áreas marinhas e terrestres adjacentes aonde será instalada a atividade de maricultura.

Para cada parque aquícola são elaborados planos de gerenciamento e de monitoramento ambiental visando à manutenção da sustentabilidade a longo prazo.

A partir destes estudos, o governo federal licitará áreas em parques aquícolas marinhos no segundo semestre de 2011. Os primeiros serão no litoral de Santa Catarina para a produção de moluscos (ostra, mexilhão e vieira) e macroalgas. Apenas estes parques serão responsáveis pela produção de mais de 90% da produção de moluscos do País.

Parques aquícolas também serão ofertados no litoral dos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, para peixes marinhos, moluscos e macroalgas. Outros projetos estão em andamento nos estados do Rio de Janeiro, do Paraná, de Sergipe e do Pará.

Os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram contemplados no edital MCT/CNPq/CT-Hidro/MPA nº 018/2010 para a realização de estudos ambientais para futura demarcação de parques aquícolas.

O referido edital contemplou propostas para o plano de gestão e monitoramento ambiental nos parques aquícolas dos seguintes estados: São Paulo, Santa Catarina e Bahia (Baía de Todos os Santos).

Parques Aquícolas Continentais

Publicado em Quarta, 29 Fevereiro 2012 18:37

Nos grandes reservatórios públicos do Brasil estão sendo implantados parques aquícolas – verdadeiras “fazendas” para a produção intensiva de pescado. Milhares de áreas estão sendo ofertadas nestes parques aquícolas, atendendo a demanda de pequenos, médios e grandes produtores.

Existem parques aquícolas em reservatórios de todas as regiões do País. Os primeiros em atividades estão nos reservatórios de Itaipu (PR), Castanhão (CE), Ilha Solteira (MS, MG e SP), Furnas (MG), Três Marias (MG) e Tucuruí (PA).

Esses seis reservatórios contam com 42 parques aquícolas, que somam uma lâmina d’água de 28.500 hectares. A estimativa é de que quando eles estiverem produzindo com sua capacidade outorgada irão ofertar ao mercado em torno de 269 mil toneladas de pescado por ano.

Nos próximos dois anos estarão concluídos os estudos para demarcação dos parques aquícolas em 31 reservatórios, cuja capacidade de produção conjunta é estimada em 800 mil toneladas anuais de pescado. Este volume equivalente a 66% da atual produção nacional de pescado, que é de 1,24 milhões de toneladas por ano.

O uso dos reservatórios para a aquicultura de forma ordenada e planejada é uma forma de evitar impactos ambientais indesejados e de garantir o uso múltiplo das águas.